





Editora chefe

Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima 2022 by Atena Editora

> Luiza Alves Batista Copyright © Atena Editora

Natália Sandrini de Azevedo Copyright do texto © 2022 Os autores

> Imagens da capa Copyright da edição © 2022 Atena Editora

> > Direitos para esta edição cedidos à Atena iStock

Edição de arte Editora pelos autores. Luiza Alves Batista Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro - Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva - Universidade do Estado da Bahia

Prof^a Dr^a Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Prof^a Dr^a Andréa Cristina Margues de Araújo - Universidade Fernando Pessoa





- Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva Universidade Católica do Salvador
- Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson Universidade Tecnológica Federal do Paraná
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
- Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho Universidade de Brasília
- Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior Universidade Federal do Piauí
- Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes Universidade Federal Fluminense
- Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento Universidade Federal Fluminense
- Profa Dra Cristina Gaio Universidade de Lisboa
- Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana Universidade de Brasília
- Prof. Dr. Devvison de Lima Oliveira Universidade Federal de Rondônia
- Profa Dra Dilma Antunes Silva Universidade Federal de São Paulo
- Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias Universidade Estácio de Sá
- Prof. Dr. Elson Ferreira Costa Universidade do Estado do Pará
- Prof. Dr. Eloi Martins Senhora Universidade Federal de Roraima
- Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira Universidade Estadual de Montes Claros
- Prof. Dr. Humberto Costa Universidade Federal do Paraná
- Profa Dra Ivone Goulart Lopes Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
- Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva Secretaria de Educação de Pernambuco
- Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira Universidade Católica do Salvador
- Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo Universidad Autónoma del Estado de México
- Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior Universidade Federal Fluminense
- Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira Universidade do Estado da Bahia
- Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela Instituto Federal do Paraná
- Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves Universidade Federal do Tocantins
- Profa Dra Lucicleia Barreto Queiroz Universidade Federal do Acre
- Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa Universidade Estadual de Montes Claros
- Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza Universidade do Estado de Minas Gerais
- Profa Dra Natiéli Piovesan Instituto Federal do Rio Grande do Norte
- Profa Dra Marianne Sousa Barbosa Universidade Federal de Campina Grande
- Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva Pontifícia Universidade Católica de Campinas
- Profa Dra Maria Luzia da Silva Santana Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
- Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto Universidade do Estado de Mato Grosso
- Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira Universidade Estadual de Goiás
- Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão Universidade de Pernambuco
- Profa Dra Paola Andressa Scortegagna Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Profa Dra Rita de Cássia da Silva Oliveira Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof. Dr. Rui Maia Diamantino Universidade Salvador
- Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares Universidade Federal do Piauí
- Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior Universidade Federal do Oeste do Pará
- Profa Dra Vanessa Bordin Viera Universidade Federal de Campina Grande
- Profa Dra Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti Universidade Católica do Salvador
- Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme Universidade Federal do Tocantins





Administração: gestão, empreendedorismo e marketing 3

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Yaiddy Paola Martinez

Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga

Revisão: Os autores

Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A238 Administração: gestão, empreendedorismo e marketing 3 /

Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0056-1

DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.561221603

1. Administração. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 658

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos - CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa - Paraná - Brasil Telefone: +55 (42) 3323-5493 www.atenaeditora.com.br contato@atenaeditora.com.br





DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.





DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são open access, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de e-commerce, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.





APRESENTAÇÃO

A evolução do pensamento administrativo tem sido construída com base em contribuições que se estabeleceram, tanto, no contexto empírico do dia-a-dia das organizações, quanto, na construção epistemológica dos estudos acadêmicos, consolidando assim uma série de conceitos, modelos e teorias para a aplicação na gestão pública e privada.

A trajetória histórica de construção do pensamento administrativo apresenta a emergência de novos paradigmas e áreas temática, uma vez que a incremental e combinada evolução empírica e teórica propicia a consolidação de um campo absorvente e altamente hibridizado por forças de curta e longa duração, entre tradicionalismos e novidades.

Tomando como referência a plasticidade da evolução do pensamento administrativo, o presente livro tem o objetivo de apresentar uma coletânea de estudos fundamentadas em três grandes eixos de discussão temática, relacionados respectivamente à gestão, empreendedorismo e marketing, permitindo assim compreender a crescente relevância que este tripé administrativo possui no âmbito organizacional.

A complexidade existente no mundo material e do mundo das ideias é captada neste livro a partir vinte e quatro capítulos que compartilham a preocupação de apresentar os respectivos debates e análises temáticas dentro de um explícito rigor científico, sem perder a contextualização de um implícito ecletismo teórico-metodológico presente na obra como um todo.

Caracterizado por uma natureza exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e por uma abordagem qualitativa quanto aos meios, este livro foi organizado com base em diferentes recortes teórico-metodológicos e por meio de um trabalho colaborativo entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros comprometidos com o campo científico da Administração.

Ao combinar análise e reflexão, teoria e empiria, os vinte e quatro capítulos do presente livro apresentam análises, reflexões e discussões que transversalmente abordam temas e estudos de caso que são reflexivos ao entendimento do que é o estado da arte do campo administrativo em sua materialidade no mundo real e na dimensão das ideias no século XXI.

A indicação deste livro é recomendada para um extenso número de leitores, uma vez que foi escrito por meio de uma linguagem fluída e de uma abordagem didática que valoriza o poder de comunicação e da transmissão de informações e conhecimentos, tanto para um público leigo não afeito a tecnicismos, quanto para um público especializado de acadêmicos interessados pelos estudos de administração.

Excelente leitura!

SUMÁRIO
CAPÍTULO 11
A TRAJETÓRIA DA DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA ANALISADA POR MEIO DO MÉTODO DE QUEBRAS ESTRUTURAIS Kleydson Jurandir Gonçalves Feio Marina Delmondes de Carvalho Rossi Cícero Pereira Leal
€ https://doi.org/10.22533/at.ed.5612216031
CAPÍTULO 215
AÇÕES DA GESTÃO PÚBLICA NO ENFRENTAMENTO DOS AVANÇOS DA COVID-19 NO BRASIL Maria Alice Carvalho da Silva Matheus Assunção Cardoso de Carvalho Vanessa Souza Lima Mara Águida Porfírio Moura Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva https://doi.org/10.22533/at.ed.5612216032
CAPÍTULO 327
APLICAÇÃO DE FERRAMENTAS DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS NA GESTÃO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA NO SERVIÇO PÚBLICO Thiago Davi Rosa Lucas Guerreiro
ttps://doi.org/10.22533/at.ed.5612216033
GASTOS EM SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ: UM ESTUDO SOBRE A APLICAÇÃO E ÁREAS DE PRIORIDADES NO ORÇAMENTO PÚBLICO Roberto Rivelino Martins Ribeiro Laís Tamires de Sá Custódio Juliane Andressa Pavão Kerla Mattiello https://doi.org/10.22533/at.ed.5612216034
CAPÍTULO 563
ESTUDO DO PROGRAMA DE SAÚDE NA ESCOLA NO PROCESSO DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS Hortência Araújo Reis Guilherme dos Santos Rocha Mara Águida Porfírio Moura Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva https://doi.org/10.22533/at.ed.5612216035

CAPÍTULO 680
O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA, A CULTURA ORGANIZACIONAL E O JOGO DA SEDUÇÃO Roseane Grossi Silva
ttps://doi.org/10.22533/at.ed.5612216036
CAPÍTULO 795
UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS SOCIAS NO COMPORTAMENTO DE COMPRA DO CONSUMIDOR NA GASTRONOMIA GOURMET Adriana Queiroz Silva Igor Antonio Slociak João Pedro Batistel thttps://doi.org/10.22533/at.ed.5612216037
CAPÍTULO 8108
A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL PARA O BEM DA SOCIEDADE COMUM Matias Vinicius Araújo Santos
€ https://doi.org/10.22533/at.ed.5612216038
CAPÍTULO 9114
TRANSFERENCIA DE TECNOLOGÍA Y CONOCIMIENTO EN EMPRENDIMIENTOS, COMO RESPUESTA A LOS IMPACTOS OCASIONADOS POR EL COVID 19 Katherine Coronel Pangol Juan Carlos Aguirre Quezada Jonnathan Jiménez Yumbla
€ https://doi.org/10.22533/at.ed.5612216039
CAPÍTULO 10129
VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA: GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA Paulo André Dias Jacome Pítias Teodoro Lacerda Letícia Santana Ferreira Alyson Santana e Silva https://doi.org/10.22533/at.ed.56122160310
CAPÍTULO 11145
ORGANIZATIONAL CLIMATE AND STRATEGIES: MIPYME OF THE METALWORKING SECTOR Araceli Nolasco Vásquez Alejandra Torres López
€ https://doi.org/10.22533/at.ed.56122160311
CAPÍTULO 12155
PRÁTICAS DE ECOINOVAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE AS DIMENSÕES ECO- ORGANIZACIONAIS, ECO-PROCESSOS E ECO-PRODUTOS NAS INDÚSTRIASTÊXTIL

Marcia Sierdovski Marlete Beatriz Maçaneiro Marcos Roberto Kuhl
€ https://doi.org/10.22533/at.ed.56122160312
CAPÍTULO 13172
ELEMENTOS DO PILAR SOCIAL DA SUSTENTABILIDADE ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS NAS 150 MELHORES EMPRESAS PARA SE TRABALHAR NO BRASIL Marcia Sierdovski Silvio Roberto Stéfani Sandra Mara de Andrade https://doi.org/10.22533/at.ed.56122160313
CAPÍTULO 14193
AS EMPRESAS MAIS VERDES DO MUNDO: UMA ANÁLISE DAS EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NO RANKING GLOBAL 100 DA CORPORATE KNIGHTS Helen Cristina Ribeiro Soares Matheus Florêncio Fernandes Mara Águida Porfirio Moura Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva
€ https://doi.org/10.22533/at.ed.56122160314
CAPÍTULO 15204
ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS DE ENGENHARIA REVERSA POR MEIO DA ANÁLISE DAS ATIVIDADES PARA A GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTOS DO AÇAÍ QUANDO ADOTADO O CUSTEIO BASEADO EM ATIVIDADES E TEMPO José Luiz Nunes Fernandes https://doi.org/10.22533/at.ed.56122160315
CAPÍTULO 16226
CONTRIBUIÇÃO DO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE NA TOMADA DE DECISÕES ESTRATÉGICAS EM INDÚSTRIA MOVELEIRA Mônica Stormowski Adelino Pedro Wisniewski Anderson Pinceta Antonio Roberto Lausmann Ternes Denise Felber Chaves Janice Walter Marcos Rogério Rodrigues Nedisson Luis Gessi
€ https://doi.org/10.22533/at.ed.56122160316
CAPÍTULO 17239
MENSURAÇÃO DO GRAU DE MATURIDADE NA GESTÃO DE PESSOAS NA INDÚSTRIA

DO SUL BRASIL

MOVELEIRA
Mônica Stormowski
Luis Cláudio Eifert (In Memoriam)
Alexandre Chapoval Neto
Anderson Pinceta
Antonio Roberto Lausmann Ternes
Denise Felber Chaves
Juliane Colpo
Nedisson Luis Gessi
ttps://doi.org/10.22533/at.ed.56122160317
CAPÍTULO 1825
FINANCIAMENTO ECONÔMICO. A CHAVE PARA O SUCESSO DAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO NA ZONA CENTRO-NORTE DE TLAXCALA, MÉXICO? Ximena Oróztico Cerón
Jorge Luis Castañeda Gutierrez
€ https://doi.org/10.22533/at.ed.56122160318
CAPÍTULO 1926
GESTÃO DE ESTOQUE: ANÁLISE DA GESTÃO DE ESTOQUES POR MEIO DA APLICAÇÃO DA CURVA ABC NA ATACADISTA COMERCIAL BIRIBA LTDA, NO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS/MG Lusiane Batista dos Santos
€ https://doi.org/10.22533/at.ed.56122160319
CAPÍTULO 2027
APLICAÇÃO DAS MATRIZES SWOT E BCG E DAS 5 FORÇAS DE PORTER EM UMA EMPRESA DO SEGMENTO DE ROUPAS
Ariadne Guerra Souza
Denny Gabriel Xavier Torres
Mariana Paiva Brito
Paloma dos Santos Alves Nunes
Taliana Samara Cavalcante de Freitas
Vanessa Nóbrega da Silva
Amanda Paiva e Silva
Bruno Pereira Diniz
Isabella Thyfany Cavalcante Palmeira
Isabella Thyfany Cavalcante Palmeira José Cordeiro do Nascimento Júnior
Isabella Thyfany Cavalcante Palmeira José Cordeiro do Nascimento Júnior José Leonardo Figueiroa Burgos
Isabella Thyfany Cavalcante Palmeira José Cordeiro do Nascimento Júnior
Isabella Thyfany Cavalcante Palmeira José Cordeiro do Nascimento Júnior José Leonardo Figueiroa Burgos
Isabella Thyfany Cavalcante Palmeira José Cordeiro do Nascimento Júnior José Leonardo Figueiroa Burgos Karla Isabelle Alves de Sousa https://doi.org/10.22533/at.ed.56122160320
Isabella Thyfany Cavalcante Palmeira José Cordeiro do Nascimento Júnior José Leonardo Figueiroa Burgos Karla Isabelle Alves de Sousa https://doi.org/10.22533/at.ed.56122160320 CAPÍTULO 21
Isabella Thyfany Cavalcante Palmeira José Cordeiro do Nascimento Júnior José Leonardo Figueiroa Burgos Karla Isabelle Alves de Sousa https://doi.org/10.22533/at.ed.56122160320 CAPÍTULO 21
Isabella Thyfany Cavalcante Palmeira José Cordeiro do Nascimento Júnior José Leonardo Figueiroa Burgos Karla Isabelle Alves de Sousa https://doi.org/10.22533/at.ed.56122160320 CAPÍTULO 21

ttps://doi.org/10.22533/at.ed.56122160321
CAPÍTULO 22302
APLICABILIDADE DAS FERRAMENTAS DE GESTÃO EMPRESARIAL ESTRATÉGICA USADAS NOS EMPREENDIMENTOS DOS DISCENTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO Ana Isabelle Gomes Lopes Ellen Letícia Gonçalves Andrade Mairlly Roana Araújo Dantas Maria do Socorro Rufino de Sousa Valeria Pereira de Meneses Sara Acácio Evangelista Gildeilson Silva Paulino https://doi.org/10.22533/at.ed.56122160322
CAPÍTULO 23316
PLANEJAMENTO DE MARKETING DIGITAL NA EDITORA UFSM: UM ESTUDO DE CASO Gustavo de Souza Carvalho Daniel Arruda Coronel thtps://doi.org/10.22533/at.ed.56122160323
CAPÍTULO 24336
ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E DIMENSÃO CULTURAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA Roseane Grossi Silva thtps://doi.org/10.22533/at.ed.56122160324
SOBRE O ORGANIZADOR354
ÍNDICE REMISSIVO355

Thiago Rodrigues Moreira

CAPÍTULO 5

ESTUDO DO PROGRAMA DE SAÚDE NA ESCOLA NO PROCESSO DE PREVENÇÃO DE DOENÇAS

Data de aceite: 01/02/2022 Data de submissão: 24/01/2022

Hortência Araújo Reis

Universidade do Delta da Parnaíba Camocim-Ceará http://lattes.cnpq.br/1645802412156689

Guilherme dos Santos Rocha

Universidade Federal do Delta do Parnaíba Parnaíba- Piauí http://lattes.cnpq.br/1727334372124574

Mara Águida Porfírio Moura

Universidade Federal do Delta do Parnaíba Parnaíba- Piauí http://lattes.cnpg.br/0188056551085185

Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva

Universidade Federal do Piauí Parnaíba- Piauí http://lattes.cnpq.br/2665923001075028

RESUMO: O presente artigo apresenta o estudo do programa de saúde na escola através das abordagens discutidas pelos autores que explanam a temática. O estudo objetiva apresentar as ações abordadas pelos autores nas publicações no Scielo do ano de 2016 a 2020 sobre o Programa de Saúde na Escola (PSE). A metodologia aplicada consiste em pesquisa básica, com abordagem qualiquantitativa. Quanto os objetivos da pesquisa, são classificadas em descritiva e exploratória, seus procedimentos constitui-se de pesquisa

bibliográfica e bibliometrica. Ao realizar a análise dos estudos, notou-se que há carência na comunicação entre os setores, interferindo diretamente na articulação das propostas de intersetorialidade, apontando também a ausência de qualificação aos profissionais de saúde e educação gerando a sobrecarga de trabalho devido as novas atribuições. Desse modo, conclui-se que as ações intersetoriais enfrentam desafios relacionados as práticas de promoção a saúde, não estando adequadamente atreladas as diretrizes do programa de saúde na escola.

PALAVRAS-CHAVE: Programa de Saúde na Escola; Intersetorialidade; Prevenção de doenças.

STUDY OF THE SCHOOL HEALTH PROGRAM IN THE PROCESS OF DISEASE PREVENTION

ABSTRACT: This article presents the study of the school health program through the approaches discussed by the authors that explain the theme. The study aims to present the actions addressed by the authors in publications in Scielo from 2016 to 2020 on the School Health Program (PSE). The applied methodology consists of basic research, with a qualiquantitative approach. As for the research objectives, they are classified as descriptive and exploratory, its procedures consist of bibliographical and bibliometric research. When carrying out the analysis, it was noted that there is a lack of communication between sectors, directly interfering in the articulation of intersectorality proposals, also pointing out the lack of qualification for health and education professionals, generating work overload due to new assignments. Thus, it is concluded that intersectoral actions face challenges related to health promotion practices, not being properly linked to the guidelines of the health program at school.

KEYWORDS: School Health Program; Intersectoriality; Prevention of diseases.

1 I INTRODUÇÃO

A saúde tornou-se um direito consagrado e fundamental a partir da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) no Art.196 "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação." (CONSTITUIÇÃO DO BRASIL, 1988).

A Constituição do Brasil (1988) também assegura o direito de educação, no Art. 205. "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". No Brasil infelizmente existe um grande abismo que separa saúde e educação de qualidade aos serviços de saúde e educação pública. O governo federal então iniciou em 2007 com o Decreto de Nº 6.286, o projeto denominado Programa Saúde na Escola "PSE", instituído como uma política intersetorial entre os Ministérios da Saúde e da Educação, com finalidade de promover qualidade de vida aos estudantes por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. (BRASIL, 2007)

Neste contexto, a presente pesquisa utilizou para consubstanciar o referencial o autor Lopes, Nogueira & Rocha (2018, p. 773) com o título "Eixos de ação do Programa Saúde na Escola e Promoção da Saúde: revisão integrativa". O autor Santos, Silva & Nascimento (2016, p.1) que tem como título "Programa Saúde na Escola: interpelações sobre ações de educação e saúde no Brasil". Como também o autor Cavalcanti, C. M. Lucena, Lucena (2015, p. 387) que aborda a temática "Programa Saúde na Escola: contribuições e limites na perspectiva dos professores". Além dos demais autores que de forma direta e indireta discutem os temas cientificamente.

A integração de saúde e educação foi implantado em ações de intersetorialidade através do programa de saúde na escola, que busca proporcionar um ambiente mais saudável no contexto escolar. Assim "A Escola é a área institucional privilegiada deste encontro da educação e da saúde: espaço para a convivência social e para o estabelecimento de relações favoráveis à promoção da saúde pelo viés de uma Educação Integral" (BRASIL, 2018). Nessa perspectiva, surgiu a necessidade de estudar como o programa de saúde na escola tem atuado na conscientização dos alunos sobre as melhorias de qualidade de vida.

Neste direcionamento, indagar-se: Quais ações abordadas pelos autores nas publicações no Scielo do o ano de 2016 à 2020 sobre o Programa de Saúde na Escola

(PSE)? Tem-se como objetivo apresentar as ações abordadas pelos autores nas publicações no Scielo do ano 2016 à 2020 sobre o Programa de Saúde na Escola (PSE). Norteando os objetivos específicos: Definir o programa de saúde na escola, identificar os autores que discutem e abordam as temáticas, e analisar o programa e os resultados encontrados nos artigos científicos.

O estudo foi desenvolvido mediante natureza de pesquisa básica de abordagem quali-quantitativa, com procedimentos bibliográficos e bibliométricos, de fins descritivos e exploratórios. Dessa forma, a estruturação do artigo está dividida em introdução, na qual será apresentado a constituição na esfera da educação e saúde e o PSE, em seguida no referencial teórico os autores que abordam a temática do programa. Na metodologia será apresentada as formas das abordagens científicas, em sequência na análise e resultados será apresentado o desenvolvimento discutindo as principais abordagens dos autores. Por fim, é analisado se as ações realizadas pelo PSE estão de acordo com as afirmações dos autores cientificamente.

Este artigo está estruturado primeiramente em resumo, posteriormente em introdução, referencial teórico, procedimentos metodológicos, análise e interpretação dos dados, e conclusão.

2 I FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Saúde pública no brasil

A história da saúde pública no Brasil tem sofrido diversas alterações desde seus tempos primordiais ainda no período colonial. Nesta época, a realização de tais ações tinham pouco ou quase nenhum valor para as instituições do poder. No que se refere-se a saúde preventiva, o país sofreu bastante devido ao seu desenvolvimento extremamente lento nas áreas de atuação medicinal e principalmente nos conceitos de cidadania. A situação da saúde só teve uma melhora drástica no ano de 1986 com a Reforma Sanitária realizada na VIII Conferência Nacional de Saúde, no qual foi mediado a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), "De acordo com as diretrizes de descentralização, atendimento integral e participação popular, respeitando os princípios de universalidade, integralidade e igualdades firmadas na própria Constituição" (BRASIL, 2008).

Nesta premissa, antes da criação do SUS a população que obtinham do acesso aos serviços do sistema público de saúde eram aqueles que contribuíam com a previdência social, os demais nos quais predominava a maioria da sociedade não tinham condições financeiras de arcar com esses gastos e se contentavam com caridades e da filantropia (BRASIL, 2016). No entanto, com a implementação do SUS, "o SUS pode ser considerado umas das maiores conquistas sociais consagradas na constituição de 1988. Seus princípios apontam para democratização nas ações e nos serviços de que deixam ser restritos e

passam a ser universais [...]"(BRASIL, 2000 p. 5). Embora atualmente os serviços públicos enfrentem entraves para uma melhor atuação assistencial, percebe-se que antes da criação do SUS os serviços do sistema público de saúde eram extremamente desigual e centralizado. Nesse sentindo, após uma nova restruturação dos serviços públicos de saúde conforme o art. 197 na Constituição do Brasil de 1988:

São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado. (CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. 1988).

Dessa forma, perante as novas medidas do poder público para democratizar o acesso aos serviços de saúde pública, há a delegação de responsabilidades. O alcance aos direitos fundamentais de tratamento e auxílio a saúde foi subdividido de acordo com as regiões de foco. Cada região assumiria a sua própria responsabilidade se tratando da capacitação e desenvolvimento de ações de prevenção e promoção da saúde (BRASIL, 2000).

2.2 Histórico e contextualização do programa de saúde na escola (pse).

Há indícios da necessidade de políticas de saúde no âmbito escolar nas ideias do Dr. Moncorvo Filho, (1926) apud Spineli, (2014), no qual salientava a carência de medidas para com o cuidado da higiene nas escolas públicas do distrito federal:

Que, entre as atribuições da Assistência Pública Municipal, seja incluída a da assistência médica à infância escolar, estabelecendo-se inspeções quinzenais nas escolas municipais e particulares, de modo a evitar-se a propagação de afecções contagiosas, que não inibem os alunos de frequentar as escolas e que, entretanto, podem determinar a disseminação de futuros males". (MONCORVO FILHO, 1926, p. 176 APUD SPINELI, 2014, p. 21).

Porém, este assunto tomou vigor no país somente no início do século XX, período este que fora marcado pela grande imigração estrangeira e por várias doenças epidêmicas com grandes taxas de mortalidade, especialmente entre as crianças. Com o passar do século XX, a saúde escolar no Brasil apresenta grandes avanços ligadas a evolução técnico-científica adotando novas concepções estratégicas, diante disto fora criado a Iniciativa Regional Escolas Promotoras de Saúde (IREPS); com seus princípios inspirados na Carta de Ottawa (1986), tem como estratégia capacitar os indivíduos para exercerem um maior controle sobre os fatores que podem afetar a saúde, reduzindo tais fatores e protegendo o restante dos indivíduos.

Junto ao dever de prover educação, a escola torna-se um ponto crucial provedor tanto em ações de saúde quanto educacional. Esta união mencionada tornou-se ratificada por meio do decreto presidencial nº 6.286, em 2007 com a criação do Programa Saúde na

Escola (PSE) com participação dos Ministérios da Saúde e Educação. Sendo um programa que atua dentro de dois setores, o PSE atua na orientação dos estudantes para superar dificuldades que comprometem seu desenvolvimento, por meio da promoção, prevenção e atencão à saúde (BRASIL, 2007).

Perante os fatos, fora decidido que as escolas públicas seriam o veículo de atuação do PSE, na qual a mesma detém grande influência na formação de novos cidadãos, e por meios de projetos sociais que podem despertar uma mobilização capaz de mudar a sociedade em que atuam, confirmamos pela afirmativa:

As ações do PSE, em todas as dimensões, devem estar inseridas no projeto político-pedagógico da escola, levando-se em consideração o respeito à competência político-executiva dos estados e municípios, à diversidade sociocultural das diferentes regiões do País e à autonomia dos educadores e das equipes pedagógicas. (BRASIL, 2015 p. 8).

Dentro dessa conjectura, deve-se ter estratégias pedagógicas em conjunto com as técnicas dos profissionais de saúde, além da participação ativa da comunidade, para assim propiciar um ambiente escolar provedor de conhecimentos em saúde. É na unidade escolar junto as equipes de atenção a saúde que a união dos dois setores devem planejar e executar diariamente as ações intersetoriais necessárias para que os objetivos almejado pelo PSE consiga efetivamente se concretizar. (BRASIL, 2015)

2.3 Processos de prevenção de doenças no programa de saúde na escola (PSE)

No âmbito escolar, tornou-se cada vez mais necessário a integração das políticas de educação e saúde, visto que desenvolver práticas que visem a qualidade de vida na comunidade escolar reflete diretamente no processo de aprendizagem de cada indivíduo. De acordo com Brasil (2015, p. 21) "ter saúde é reunir condições de estudar adequadamente, conviver e socializar. Com isso, para ter saúde, precisamos de ambiente saudável, alimentação adequada e equilíbrio emocional e físico". Assim, a escola além de proporcionar conhecimentos nas áreas curriculares, é capaz de auxiliar em melhorias na compreensão de saúde dos estudantes.

Desse modo, constatar-se que as ações do PSE busca entregar para a sociedade jovens cidadãos capazes de enfrentar os desafios que surgem no mundo. Assim, a Cartilha da Secretária de Atenção à Saúde apresenta a contribuição do Programa de Saúde na Escola (PSE):

(...) Vem contribuir para o fortalecimento de ações na perspectiva do desenvolvimento integral e proporcionar à comunidade escolar a participação em programas e projetos que articulem saúde e educação, para o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens brasileiros (BRASIL, 2011 p. 6).

Deste maneira, as políticas de saúde tornaram-se um contribuinte importantíssimo para o enfrentamento das vulnerabilidades que interfere o pleno desenvolvimento escolar e social dos estudantes. De modo que, é como protagonistas na atenção ao cuidado da própria saúde que as ações de promoção a saúde propõe medidas a todos os educandos escolhas mais benéficas no ato de decidir em alternativas mais favoráveis para sua qualidade de vida. (BRASIL, 2011)

Em vista disso, será apresentado as diretrizes do PSE, que consta na Cartilha da Secretária de Atenção à Saúde (2011), os termos do I à VIII, no qual apresentam-se suas definições:

DIRETRIZES DO PSE	DEFINIÇÃO
I	Tratar a saúde e educação integrais como parte de uma formação ampla para a cidadania e o usufruto pleno dos direitos humanos.
П	Permitir a progressiva ampliação intersetorial das ações executadas pelos sistemas de saúde e de educação com vistas à atenção integral à saúde de crianças e adolescentes;
III	Promover a articulação de saberes, a participação dos educandos, pais, comunidade escolar e sociedade em geral na construção e controle social das políticas públicas da saúde e educação.
IV	Promover a saúde e a cultura da paz, favorecendo a prevenção de agravos à saúde, bem como fortalecer a relação entre as redes públicas de saúde e de educação.
V	Articular as ações do Sistema Único de Saúde (SUS) às ações das redes de educação pública de forma a ampliar o alcance e o impacto de suas ações relativas aos educandos e suas famílias, otimizando a utilização dos espaços, equipamentos e recursos disponíveis.
VI	Fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades, no campo da saúde, que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar.
VII	Promover a comunicação, encaminhamento e resolutividade entre escolas e unidades de saúde, assegurando as ações de atenção e cuidado sobre as condições de saúde dos estudantes.
VIII	Atuar, efetivamente, na reorientação dos serviços de saúde para além de suas responsabilidades técnicas no atendimento clínico, para oferecer uma atenção básica e integral aos educandos e à comunidade.

Quadro 1: Diretrizes da Cartilha da Secretária de Atenção à Saúde.

Dessa forma, o trabalho desenvolvido entre os profissionais de educação e saúde na elaboração de práticas capazes de transformar a concepção de saúde para assim prevenir doenças no ponto de vista epidemiológico. "Dar visibilidade aos fatores que colocam a saúde em risco e desenvolver estratégias para superar os problemas e adversidades identificados e vivenciados pela comunidade são propostas de ações em saúde" (BRASIL, 2011, p.15).

2.4 Estudos realizados sobre o programa de saúde na escola (pse).

A autora Lopes et al (2018, p.773) em seu artigo "Eixos do Programa Saúde na Escola e Promoção da Saúde: revisão integrativa". Foi realizada por meio de "a revisão integrativa da literatura sobre o Programa Saúde na Escola (PSE) no qual é analisado estudos com abordagens metodológicas e conceituais diferentes, adotados na operacionalização da pesquisa e analisados criticamente" (LOPES et al, 2018, p.773). Ao revisar cientificamente os fundamentos e os eixos que compõe o PSE e sua relação com o Programa da Saúde (PS) é relatado que as ações e intervenções do PSE ainda são baseadas em modelos utilizadas em outras esferas da saúde pública que sempre adotam uma posição protagonizadora e de medicalidade nas ações do PSE. A prática destes modelos era pouco efetiva e precisava ser superada. Sendo necessário integrar a prevenção e o cuidado clínico individual com ações multissetoriais que aumentam os fatores ambientais de proteção de saúde investindo em uma educação permanente de capacitações quiadas pelos princípios do PSE.

O autor Santos et al (2016) no artigo: "Programa de saúde na escola: contribuições e limites na percepção dos professores". Que tem como objetivo "identificar as contribuições e os limites do Programa Saúde na Escola (PSE) nas instituições de ensino municipais da cidade de Umbaúba/Sergipe, tendo como parâmetro a perspectiva dos professores de Ciências Biológicas" (SANTOS et al, 2016, p.1). Dessa forma, o estudo aborda a colaboração do PSE como um ambiente escolar propício para a promoção de saúde, que resultou na aquisição de novos conhecimentos que instigam a criação e compartilhamento de ideias e saberes envolvendo as práticas de melhorias de qualidade de vida, de forma a englobar todo contexto de vida social dos educandos.

O autor Cavalcanti et al (2015, p.387) em seu artigo: Programa de Saúde na Escola: interpelações sobre as ações de educação e saúde no Brasil, que objetiva "identificar as inconsistências do PSE a partir da sua concepção de promoção de saúde, tendo como contraponto o entendimento da Organização Mundial da Saúde sobre a temática" (CAVALCANTI et al, 2015, p. 387). A importância do artigo remete as dificuldades que permeiam as práticas de intersetorialidade do âmbito escolar, principalmente no que se refere a compreensão das ações de promoção a saúde, no qual apresentou que as ações do PSE não conseguiram se desvencilhar das influências conservadoras baseadas desde o início das primeiras ações de saúde na escola, que se tinha como único objetivo a prevenção de doenças, no qual o indivíduo era o único responsável pelos cuidados da própria saúde.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo foi desenvolvido mediante a realização de pesquisa básica com abordagem qualitativa, através de procedimentos bibliográficos e bibliométricos, em fins descritivos e exploratórios com base de dados em levantamentos e análise de estudos publicados, através de artigos científicos, livros, legislação, no que refere-se a regularidade na execução das atividades de preservação de doenças através do PSE, mediante seu processo de transformação na saúde básica.

Desse modo, o estudo realizado caracteriza-se como pesquisa de natureza básica. Que segundo Berhardt, Silveira (2009, p. 34) "objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais". Nesse sentido, a pesquisa básica foi utilizada como fonte de novos conhecimentos embasados de estudos publicados em diferentes meios.

Em relação a forma de abordagem, é tida como pesquisa qualitativa, que subjetivamente proporciona a compreensão e interpretação de determinadas temáticas. Nessa perspectiva, a pesquisa qualitativa, segundo Silva, Menezes (2001, p.20) "considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números". Contando também com abordagem quantitativa, na qual "considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las". (FREITAS, 2013, p.70).

No que refere-se aos fins da pesquisa, a elaboração do artigo é realizada de forma descritiva e exploratória. Nesse aspecto, a pesquisa descritiva para Silva, Menezes (2001, p. 21) "Visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso e técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática". De acordo Gil (2008, p. 27) "as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores".

Quanto aos seus procedimentos, classifica-se como pesquisa bibliográfica e bibliométrica quantitativa. Na qual, a pesquisa bibliográfica, segundo Severino (2007, p. 122) "é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos expressos, como livros, artigos, teses, etc". Já os procedimentos bibliométricos quantitativos, no qual, foi realizada uma pesquisa na *Web of Scielo* encontrando nove artigos, um destes está presente no referencial teórico e os demais na análise dos dados, assim, como compreende Ruas e Pereira (2014) apud Ribeiro (2017, p. 84), "[...] a bibliometria realiza uma investigação apurada dos desenvolvimentos dos mais variados campos do conhecimento científico, alicerçada por indicadores bibliométricos que incluem, por exemplo: artigos publicados, autores, instituições".

3.1 Análise e interpretação dos dados

Em uma pesquisa realizada no *Web of Scielo*, através das palavras-chaves "Programa de Saúde na Escola (PSE)" filtrado por coleções Brasil, idioma português, com data de publicação entre o ano de 2016 à 2020, foram encontrados nove artigos, sendo um

presente no tópico 2.4 do referencial teórico e oito na presente análise dos dados segundo as abordagens dos seguintes autores.

AUTOR	ANO	OBJETIVO DO ARTIGO	RESULTADOS
BENEDICTO et al.	2020	Levantar a prevalência de fatores de risco para alteração na comunicação e de queixas comunicativas em pré-escolares que participaram do Programa Saúde na Escola (PSE) e comparar tais achados com idade e sexo.	O uso de mamadeira foi o fator de ris- co mais prevalente e associou-se com a idade, sendo mais frequente em crian- ças menores. As meninas apresentaram mais complicações durante gravidez ou parto e maior presença de hábitos de sucção não nutritiva, enquanto os meni- nos apresentaram mais internações.
BRAM- BILLA; KLEBA; MAGRO.	2020	Apresentar uma cartografia da implantação e execução do Programa Saúde na Escola (PSE) e seus efeitos para o processo de desmedicalização em um município de pequeno porte no sul do Brasil.	As análises indicam que as ações realizadas por meio do PSE explicitaram o processo de medicalização no cuidado a educandos, especialmente com foco na prescrição e uso de psicotrópicos.
SANTOS et al.	2019	Compartilhar a vivência des- ses estudantes na construção e execução de uma atividade para o Programa de Saúde na Escola (PSE) vinculada a uma das Estratégias de Saúde da Família (ESF) de um município da fronteira oeste do Rio Grande do Sul.	Percebe-se que o estudante, diante des- se contexto, consegue enxergar a impor- tância de ações de promoção de saúde, uma vez que visualiza o amplo alcance de ações como as desenvolvidas por meio desses programas e o impacto que podem trazer para a saúde da comuni- dade.
SILVEIRA; MEYER; FÉLIX.	2019	Discutir como o gênero atraves- sa e dimensiona um de seus princípios organizadores – a in- tersetorialidade.	Discute que esse processo, nomeado "Generificação da intersetorialidade", é descolado de corpos biológicos sexuados, mas segue (re)constituindo, reiterando e legitimando exercícios profissionais que naturalizam ações, lugares e arranjos institucionais que tomam atributos femininos como recurso funcional às necessidades da intersetorialidade proposta na política estudada.
CHIARI et al.	2018	Avaliar a implementação e exe- cução do PSE no Município de Belo Horizonte, Minas Gerais, os mecanismos que favorecem a ação intersetorial e a percep- ção dos gestores sobre a inter- setorialidade.	Demonstrou uma baixa utilização dos mecanismos integradores e o predomínio da lógica setorial nessa instância do programa. Além de notar-se uma dificuldade na construção da intersetorialidade também no desenvolvimento das ações do PSE. A potencialidade das ações intersetoriais não reverberou nas práticas dos gestores nem na atuação sobre os territórios.
SOUZA, et al.	2018	Este relato de experiência apre- senta a construção do modelo teórico lógico para intervenção na promoção da atividade físi- ca e alimentação saudável dos escolares da rede pública de en- sino no município de Parintins, Amazona.	O município não apresentava uma estrutura de sistematização das práticas de saúde na escola. Foi elaborado um modelo teórico lógico que envolveu prerrogativas de atuação da gestão setorial municipal no PSE. Ações de promoção da atividade física e alimentação saudável dos escolares do ensino básico foram planejadas e fomentadas nas escolas do PSE.

BATISTA, MONDINI; JAIME.	2017	Descrever a experiência no de- senvolvimento de ações do Pro- grama Saúde na Escola (PSE) e da alimentação escolar relacio- nadas à prevenção do excesso de peso no município de Itape- vi-SP, Brasil.	30,6% dos 7.017 escolares apresentaram excesso de peso; alimentos ultraprocessados estiveram presentes na maioria dos cardápios do desjejum/lanche da tarde (68,4%), enquanto os alimentos in natura e minimamente processados preponderaram no almoço (92,4%); temas relacionados à alimentação, nutrição e prática de atividade física foram contemplados nas atividades curriculares de 14 escolas.
FARIAS et al	2016	Conhecer e analisar o processo da intersetorialidade no Progra- ma Saúde na Escola (PSE) em um município da região metro- politana de Pernambuco.	A pesquisa revelou que o maior dilema é operar uma política necessariamente intersetorial. Mudanças estão sendo implementadas, mas o que se observa é a escassez de capacitação e educação permanente, além da inexistência de protocolos que norteiem o desenvolvimento de ações intersetoriais.

QUADRO 2: Abordagens dos autores.

No artigo de Benedicto et al (2020), observa-se que ouve na discussão com base na VII Diretriz da Cartilha da Secretária de Atenção à Saúde que busca "promover a comunicação, encaminhamento e resolutividade entre escolas e unidades de saúde, assegurando as ações de atenção e cuidado sobre as condições de saúde dos estudantes" (BRASIL, 2011, p. 7). Tais práticas correlaciona-se ao artigo analisado, que se constatou as dificuldades no desenvolvimento da comunicação das crianças, principalmente na fase pré-escolar, em alterações por infecções no ouvido, hábitos orais deletérios como principal a sucção de mamadeiras e a prematuridade, prejudiciais no desenvolvimento das habilidades auditivas e a dificuldade também no desenvolvimento da linguagem, que consequentemente interferem no rendimento escolar dessas crianças. Desse modo, foi notável a necessidade de orientação aos pais através das ações do PSE pelos profissionais de atenção básica à saúde e educadores para que haja intervenções precoces aos fatores de riscos apresentados.

Já o autor Brambilla et al (2020), que de acordo com a VIII Diretriz da Cartilha da Secretaria de Atenção à Saúde, que trata de "atuar efetivamente, na reorientação dos serviços de saúde para além de suas responsabilidades técnicas no atendimento clínico, para oferecer uma atenção básica e integral aos educandos e à comunidade." (BRASIL, 2011, p. 7). De modo que, antes as políticas de saúde e educação existentes no ambiente escolar apresentavam limites na comunicação entre os setores, através de uma atuação fragmentada, nas quais não se identificavam as ações coletivas de intersetoriedade. O fato principal apresentado no artigo, é o alto índice de encaminhamento e uso excessivo de prescrição de medicamento que não se obtinham resultados reais de melhorias na qualidade de vida dos educandos. Dessa forma, com o projeto do PSE em prol da desmedicalização do cuidado em saúde, ocorrendo a comunicação mutua entre os setores de educação, saúde e assistência social, saindo da lógica biomédica, trabalhando em coletividade, foi

possível apresentar resultados significativos com o processo do cuidado prestado aos estudantes segundos os profissionais de educação e saúde do município.

No artigo de Santos et al (2019), analisando a parti da III Diretriz da Cartilha da Secretária de Atenção à Saúde, que busca "promover a articulação de saberes, a participação dos educandos, pais, comunidade escolar e sociedade em geral na construção e controle social das políticas públicas da saúde e educação" (BRASIL, 2011, p. 7). Assim, o artigo aborda a importância de ampliar a compreensão dos estudantes a respeito do desenvolvimento da sexualidade e autoconhecimento das transformações que ocorrem no próprio corpo, no decorre da adolescência. Nessa perspectiva, o PSE trouxe ações de promoção a saúde em um ambiente escolar didático havendo a reconstrução de conhecimentos aplicados sob as práticas de atenção de saúde visando a prevenção de doenças, na qual os alunos discutiam os assuntos abordados, havia trocas de experiências, proporcionando conhecimentos e saberes ao cuidado à saúde.

Segundo Silveira et al (2019), podemos relacionar suas abordagens a I e II Diretriz da Cartilha da Secretaria de Atenção à Saúde de modo a "tratar a saúde e educação integrais como parte de uma formação ampla para a cidadania e o usufruto pleno dos direitos humanos"; e respectivamente, "permitir a progressiva ampliação intersetorial das ações executadas pelos sistemas de saúde e de educação com vistas à atenção integral à saúde de crianças e adolescentes" (BRASIL, 2011, p. 7). Posto isto, na abordagem do artigo, problematiza as práticas de intersetorialidade fundamentando os fatores de articulação da teoria das propostas de ações do PSE, que resulta na sobrecarga aos profissionais de educação e saúde que já possuíam funções de acordo com suas especialidades, devendo se comprometer a novas responsabilidades nas quais não tinham qualificações. No mais, ressalta a generalidade principalmente a feminização referente a sobrecarga de trabalho baseado no histórico, no qual a mulher exercia múltiplas jornadas de trabalho, como mãe, dona de casa, e trabalhadora, na premissa que os profissionais facilmente dariam conta na articulação de novas funções. Dessa forma, colocar a intersetorialidade em funcionalidade é necessário o devido reconhecimento do trabalho exercido pelos profissionais, qualificação, planejamento, espaço para diálogo entre as partes, em ações que promovam melhorias de qualidade de vida no contexto atual onde crianças e adolescentes enfrentam diariamente situações de vulnerabilidades.

Segundo o estudo de Chiari et al (2018) observa-se fomentando-se pela II diretriz da Cartilha da Secretaria de Atenção à Saúde "permitir a progressiva ampliação intersetorial das ações executadas pelos sistemas de saúde e de educação com vistas à atenção integral à saúde de crianças e adolescentes" (BRASIL, 2011, p.11). No artigo em questão foi comprovado uma falha no processo intersetorial nos campos da gestão e desenvolvimento do PSE. As propostas identificadas nos textos e notícias institucionais não eram refletidas na prática dos gestores nem nas ações feitas na comunidade, estando presente apenas no papel. Sendo ressaltado em sua conclusão que deve-se priorizar a educação e capacitação

detenham permanentemente o tema da intersetorialidade. (CHIARI et al, 2018)

No artigo de Souza et al (2018) podemos analisar segundo a IV diretriz na Cartilha da Secretaria de Atenção à Saúde "promover a saúde e a cultura da paz, favorecendo a prevenção de agravos à saúde, bem como fortalecer a relação entre as redes públicas de saúde e de educação" (BRASIL, 2011, p.11). O artigo apresentou a construção de um modelo teórico lógico para as ações municipais do PSE para a prática de ações mistas de educação, saúde e assistência social no âmbito central, regional e local. Os temas abordados pelo PSE durante a pesquisa eram focados em na promoção de atividade física e alimentação saudável, evitando agravos a saúde. Entretanto, durante a construção do modelo lógico, notou-se a pouca representatividade de alguns setores para definir a equipe do Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal (GTI-M). No artigo conclui-se que o modelo teórico lógico desenvolvido pode colaborar no planejamento das ações do PSE, ampliando estímulos e oportunidades para implantação do estilo de vida saudável entre os escolares.

Conforme Batista et al, (2017), avaliando seu artigo a partir da VI diretriz da Cartilha da Secretaria de Atenção à Saúde, "fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades, no campo da saúde, que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar" (BRASIL, 2011, p.11). O presente artigo realizou um estudo descritivo em escolas públicas relacionada a alimentação, nutrição e atividade físicas curriculares e extracurriculares. Após coletar os dados o artigo afirma que quase um terço das crianças estão acima do peso, além de constatar que 68,4% do cardápio escolar é de alimentos ultraprocessados que não se enquadram como alimentos saudáveis. Os autores concluíram que deve haver a uniformização do cardápio escolar quanto ao oferecimento de alimentos saudáveis, além de monitorar e avaliar programas e políticas públicas focadas no ambiente escolar e se necessário o modificando também prezando pela melhor atuação coletiva.

Enquanto no artigo de Farias et al, (2016) segundo a II Diretriz da Cartilha da Secretária de Atenção à Saúde, "permitir a progressiva ampliação intersetorial das ações executadas pelos sistemas de saúde e de educação com vistas à atenção integral à saúde de crianças e adolescentes" (BRASIL, 2011, p.11). Foi realizado uma pesquisa estratégica de estudo de caso com caráter qualitativo para examinar a construção de intersetorialidade no PSE. Neste artigo foi observado que a intersetorialidade é um pratica reconhecida entre saúde e educação, mas ainda é pouco estimulada por motivos externos dos profissionais. Os autores ainda ressaltam a importância da escola pois, além de atingir um grande número de pessoas ela também é mais efetiva na mudança de comportamento graças a sua posição educacional na vida dos indivíduos. Seguinte os fatos estudados, o artigo afirma que a intersetorialidade ainda é um desafio para se conquistar, mas poder ser possível sua realização quando acompanhada de uma boa gestão local. Apesar de não ter sido o foco de estudos o artigo presenciou o impacto em saúde das ações intersetoriais no qual rompeu ações unicamente centradas na atenção às doenças. As mudanças são possíveis e estão sendo implementadas, mas ainda há uma grande escassez de capacitação e educação

permanente, além da ausência de protocolos que orientam o desenvolvimento de ações intersetoriais.

Observa-se tomando como base nas diretrizes da Cartilha da Secretaria de Atenção à Saúde (2011), que os autores analisados abordaram em seus estudos as diretrizes I, II, III, IV, VI, VII e VIII. Os artigos mencionados apresentaram dados e informações cientificamente importantes segundo as diretrizes do PSE com intuito de abordar fatos pouco estudados no programa, e consequentemente melhorar seu desempenho. Um fato frequentemente discutido seria sobre a necessidade de capacitação e educação permanente dentro de suas ações (FARIAS et al, 2016; CHIARI et al, 2018). Contudo os autores não abordaram estudos relacionados a V Diretriz que se baseia nas ações em conjunto com o Sistema Único de Saúde (SUS) para potencializar o impacto de suas ações e aproveitamento de recursos voltadas para os alunos e familiares. Sendo está uma diretriz muito importante e relevantes para futuros estudos, visto que ela também adentra no âmbito saúde pública regida pelo SUS, que, em seus compartilham dos princípios (prevenção, promoção e recuperação da saúde) semelhantes do PSE (promoção, prevenção e atenção à saúde).

3.2 Interpretação da análise

Observa-se que após a realização do estudo, foi possível identificar as ações apresentadas pelos autores ao longo dos textos analisados, que com base na Cartilha da Secretária de Atenção à Saúde, constituída de oito diretrizes que definem e delimitam as ações a serem tomadas. Ressalta-se, que o objetivo do programa é promover qualidade de vida aos estudantes por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

Com base nisso, foi possível encontrar nas análises as ações voltadas a ampliação da concepção de saúde, que se preocupa na realização de interversões para a construção de um ambiente saudável, através do compartilhamento de saberes, discussões de ideias que busque práticas de qualidade de vida, de acordo com todo o processo de ensino-aprendizagem dos educandos. Nessa perspectiva, ressalta-se que III diretriz na Cartilha da secretaria de atenção à saúde, traz a articulação dos saberes e participação dos educandos nas ações de promoção a saúde, que segundo a abordagem do autor (SANTO et al, 2019) se debruçou em estudar a vivência dos estudantes na construção e execução de uma atividade do PSE, que visa a prevenção de doenças e obteve como resultados a concepção dos estudantes em entender a importância das ações de promoção a saúde e o impacto que essas ações podem trazer não somente para qualidade de vida dos educandos, mas também a toda a comunidade inserida nesse novo contexto.

No entanto, observa-se que os autores (SILVEIRA et al, 2019; CHIARI et al, 2018; FARIAS et al, 2016) já respondem por outra visão, que compartilham de semelhantes abordagens relacionadas a II diretriz, que consiste em "Permitir a progressiva ampliação intersetorial das ações executadas pelos sistemas de saúde e de educação com vistas à atenção integral à saúde de crianças e adolescentes" (BRASIL, 2011, p. 7). Nesse sentido,

75

foi possível compreender que as ações relacionadas a concretização da intersetorialidade abordada nas escolas analisadas, não condizem com as ações propostas pelo PSE, de modo que os estudos apontam que há carência de comunicação entre os setores de saúde e educação, em uma atuação fragmentada, além da falta de capacitação dos profissionais de saúde e educação relacionadas aos conhecimentos na área do setor parceiro, essa articulação sem a devida qualificação ocasiona ainda a sobrecarga no trabalho.

No mais, percebe-se que as ações de intervenção ao enfrentamento as vulnerabilidades vivenciadas por crianças e adolescentes está muito além do ambiente escolar, envolve não somente os profissionais de saúde e educação, mas a participação dos pais e toda a comunidade inserida nesse novo contexto, que tem com principal propósito a busca por melhorias de vida no cuidado a saúde, mediante as ações do PSE. Nesse sentindo, o estudo dos autores (BENEDICTO, et al, 2020; BRAMBILLA et al, 2020; SOUZA et al, 2018; BATISTA et al, 2017) apresentam a necessidade de intervenções nos agravos a saúde abordados em seus estudos. Seguindo o mesmo entendimento, é notório que as ações de intersetoriedade enfrentam uma série de desafios para que haja de fato ações pontuais de promoção a saúde, em vista, que mesmo após anos de implantação do PSE ainda há a falta de compreensão em diferenciar as ações de promoção a saúde das de prevenção as doenças, que segundo Cavalcanti et al (2015, 399), "[...] É que por mais que seja afirmada a Promoção da Saúde como princípio norteador para a condução de suas propostas, não é possível identifica concretamente que seja adotada como centro nuclear do Programa".

41 CONCLUSÃO

Analisar as ações do Programa Saúde na Escola, abordadas pelos autores em seus estudos não foi uma tarefa simples, justificado principalmente pela grande escassez de trabalhos que abordem o programa e além disso, a pouca variação de ações não ocorrida dentro do programa ao longo de sua história de existência, restringindo bastante o material a ser analisado. Deste modo, a criação deste estudo demandou uma análise exploratória mais aprofunda em outras fontes como outros autores, cartilhas, portais e até mesmo a própria constituição. A partir do conteúdo explorado dentre as fontes citadas foi possível amadurecer a visão sobre as questões públicas ligadas as ações do Programa Saúde na Escola (PSE). Assim, com base no conhecimento adquirido, foi realizado a análise dos autores com o objetivo de discorrer quais ações abordadas pelos autores nas publicações no Scielo de 2016 a 2020 sobre o Programa Saúde na Escola (PSE).

Com o progresso da pesquisa, constatamos que o PSE possui diretrizes claras que objetivam a construção de um ambiente saudável e a qualidade de vida dos educandos. Entretanto, a comunicação entre os setores ainda é pouco efetiva e necessita ser mais elaborada para ser colocada em prática com eficácia.

Outras discussões abordadas são em relação a falta de capacitação e a sobrecarga gerada pelas novas funções atribuídas aos profissionais de educação e saúde, além de não serem reconhecidos devidamente pela contribuição do seu trabalho integrado, não necessariamente envolvendo somente a renumeração pelas funções adicionais, os profissionais ainda acabam sendo responsabilizados pela não eficácia das ações do programa. E para que mude essas premissas é necessário o replanejamento e reorganização entre as políticas de saúde e educação, que priorize a qualificação desses profissionais, buscando a articulação concreta e permanente entre os setores.

Embora sua estrutura teórica seja determinada pelos pilares da intersetorialidade, as ações realizadas pelo PSE ainda estão repletas das características do modelo biomédico, ficando atrelado aos seus antigos conceitos e por este motivo dando mais destaque as ações curativas, deixando as ações de promoção de saúde esquecidas no papel. Dentre os possíveis fatores responsável por esse erro, destaca-se a troca dos termos prevenção da saúde e a promoção da saúde, enquanto a prevenção da saúde baseia suas ações na ausência de doenças, a promoção vai além das enfermidades e atuando para impulsionar a saúde e o bem-estar. Dessa forma, para que ações de promoção a saúde sejam aplicadas adequadamente, devem estar devidamente atreladas as diretrizes do PSE.

Devido a escassez de conteúdo referente a delimitação do tema, sugere-se aos trabalhos futuros um maior aprofundamento em pesquisas relacionadas a promoção de saúde, na qual é um assunto pertinente, porém ainda há poucas discussões entre os autores.

REFERÊNCIAS

BATISTA, M. S. A; MONDINI, L; JAIME, P. C. Ações do Programa Saúde na Escola e da alimentação escolar na prevenção do excesso de peso infantil: experiência no município de Itapevi, São Paulo, Brasil, 2014. Epidemiol. Serv. Saude, Brasília, v. 26, n. 3, pp. 569-578, jul-set, 2017. https://www.scielo.br/j/ress/a/jRZhMdZgDsnPVQpbwCVsj8L/?lang=pt&format=pdf (12 de jan. 2021).

BENEDICTO, N. M; MARIM, G. C; SIMÕES, H. O; JORGE, T. M. Fatores de risco para distúrbios e queixas da comunicação em pré-escolares de um Programa de Saúde na Escola. **Revista Cefac**, São Paulo, v. 22, n. 6, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rcefac/a/tHTngPNHLXDW9rqXQFqgfyD/?lang=pt&format=pdf Acesso em:12 de jan, 2021.

BRAMBILLA, D. K; KLEBA, M. E; MAGRO, M. L. P. D. Cartografia da implantação e execução do programa saúde na escola (pse): implicações para o processo de desmedicalização. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.36, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/CGCSFCswjgpYXCV7FYswhDf/?lang=pt& Acesso em: 12 de jan, 2021.

BRASIL, Caderno do gestor do PSE. Brasília: Ministério da Saúde e Ministério da Educação, 2015. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_gestor_pse.pdf (23 de dez, 2020).

BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. https://conselho.saude.gov.br/web_sus20anos/sus.html Acesso em: 3 de jan, 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988 05.10.1988/art 196 .asp Acesso em: 28 de dez, 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_197_.asp Acesso em: 29 de dez, 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp Acesso em: 28 de dez, 2020.

BRASIL, DECRETO Nº 6.286. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências, 186º da Independência e 119º da República. Brasília: Verbo jurídico, [2007]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm Acesso em: 6 de janeiro de 2021.

BRASIL, PROGRAMA DE SAÚDE NAS ESCOLAS. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/14578-programa-saude-nas-escolas Acesso em: 5 de jan, 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Secretaria Executiva Sistema Único de Saúde (SUS)**: princípios e conquistas. Projeto Promoção da Saúde – Brasília: Ministério Saúde, 2000. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br Acesso em: 5 de jan, 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Projeto Promoção da Saúde**. As cartas da promoção da saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília, DF, 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas promocao.pdf Acesso em: (8 de jan, 2021).

BRASIL, Ministério da Saúde. **Passo a passo PSE:** Programa Saúde na Escola: tecendo caminhos da intersetorialidade. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica, Ministério da Educação. — Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/passo_a_passo_programa_saude_escola.pdf Acesso em: 5 de janeiro de 2021.

CAVALCANTI, P. B; LUCENA, C. M. F; LUCENA, P. L. **Programa Saúde na Escola:** interpelações sobre ações de educação e saúde no Brasil. Textos & Contextos, Porto Alegre, v.14, n. 2, p. 387-402, 2015. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/3215/321543546014.pdf Acesso em: 05 de dezembro de 2020.

CHIARI, A. P. G; FERREIRA, R. C; AKERMAN, M; AMARAL, J. R. L; MACHADO, K. M; MARIA, I. B. S. **Rede intersetorial do Programa Saúde na Escola**: sujeitos, percepções e práticas. Caderno de Saúde Pública, 2018. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/csp/2018.v34n5/e00104217/pt Acesso em: 12 de janeiro de 2021.

FARIAS, I. C. V; SÁ, R. M. P; FIGUEIREDO, N; FILHO, A. M. **Análise da Intersetorialidade no Programa Saúde na Escola.** Revista Brasileira de Educação Médica. Pernambuco, v. 40, n. 2, p. 261-267, 2016. https://www.scielo.br/j/rbem/a/39ZTRdxxTHwsQx5hCdjWzjB/?lang=pt&format=pdf (13 de Janeiro de 2021).

FREITAS, E. C; PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e técnicas das pesquisas e do trabalho acadêmico (2ª ed), Rio Grande do Sul: **Feevale**, 2013.

- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** (6ª ed). São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social. pdf Acesso em: (22 de dezembro de 2020).
- LOPES, I. E; NOGUEIRA, J. A. D; ROCHA, D. G. **Eixos de ação do Programa Saúde na Escola e Promoção da Saúde:** revisão integrativa. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 118, p. 773-789, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/SNsdFnbvBdfdhn76GQYGDtM/?format=pdf&lang=pt/ Acesso em: 24 de dez, 2020.
- RIBEIRO, H. C. M. Produção acadêmica da área temática mercados financeiro, de crédito e de capitais (mfc) divulgada no anpcont de 2007 a 2016. Revista evidenciação contábil & finanças, João Pessoa, v. 5, n.3, p. 79-98, 2017.
- SANTOS, T. F; SILVA, J. F; NASCIMENTO, M. B. C. **Programa Saúde na Escola:** contribuições e limites na perspectiva dos professores. Anais: Aracaju-SE, 2016. INSS 2179-4901. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/8855/2/ProgramaSaudeEscola.pdf Acesso em: 23 de dez, 2021.
- SANTOS, A. C. D; GASPARIM, C. A; MONTEIRO, G. M; BRITO, M. R; SILVA, V. A. M. Relato de Experiência: Construção e Desenvolvimento do Programa de Saúde na Escola (PSE) sob a Perspectiva da Sexualidade na Adolescência. Revista Brasileira de Educação Médica, Brasília, v. 43, n. 40, p. 193-199, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbem/a/rrMFN7FbPMF9JP93XGQMgVy/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 12 de jan, 2021).
- Severino, A. J. Metodologia do trabalho científico. (23ª ed), rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2017.
- SILVA, E. L; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. (3ª ed). rev. e atual. Florianópolis, 2001. Disponível em: http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/ppgcb/files/2011/03/Metodologia-da-Pesquisa-3a-edicao.pdf Acesso em: 25 de dez, 2020.
- SILVEIRA, C. C; MEYER, D. E. E; FELIX, J. A. **A generificação da intersetorialidade no Programa Saúde na Escola**. Rev. Bras. Estud. Pedagog. Brasília, v.100, n. 255 p. 423-442, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbeped/a/QsFK3V7H56XL7rBKK7RcRsf/?lang=pt&format=pdf Acesso em: 12 de jan, 2021.
- SOUZA, E. F. D; MARIA, C. S. S; SANTOS, S. F. S; PAULO, T. R. S; BRANDÃO, M.V. S; JÚNIOR, I. F. F. Construção de modelo lógico na saúde do escolar: experiência do Baixo Amazonas. Revista Brasileira de Enfermagem Reben. Parintins- AM, pp.1268-1673, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/f9tyWhWZMk8ShwKKJKmjQJx/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 12 de jan, 2021.
- SPINELI, M. E. **Programa saúde na escola:** O "novo" desafio da intersetorialidade entre saúde e educação. Maringá. [dissertação de pós-graduação, Universidade Estadual de Maringá], 2014. Disponível em: http://www.cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/pesquisa/teses-e-dissertacoes-defendidas/lista-de-arquivos-teses-e-dissertacoes/dissertacao_maria_eliza.pdf Acesso em: 23 de dez, 2020.
- SUS, a saúde do Brasil. Ccs saúde, 2016. Disponível em: http://www.ccs.saude.gov.br/sus/antes-depois.php Acesso em: 22 de dez, 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

Α

Administração 1, 2, 7, 14, 16, 18, 22, 27, 29, 30, 39, 44, 50, 52, 61, 62, 80, 83, 92, 93, 94, 106, 111, 112, 129, 177, 190, 192, 222, 223, 225, 226, 228, 229, 237, 238, 239, 250, 251, 252, 254, 261, 262, 271, 286, 287, 289, 298, 299, 302, 303, 304, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 331, 332, 333, 350, 352

Arranjos produtivos locais 7, 223, 334, 335, 338, 342, 343, 349, 350, 351 Atacado 260, 261, 263, 270

В

Banco 6, 13, 14, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 126, 143, 154, 202, 230, 288, 295, 300, 352

Brasil 3, 5, 2, 3, 7, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 110, 130, 131, 133, 144, 155, 156, 159, 161, 163, 164, 169, 170, 172, 173, 174, 177, 180, 181, 183, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 196, 201, 202, 204, 205, 213, 221, 223, 224, 241, 286, 302, 303, 304, 305, 313, 325, 332, 337, 342, 347, 349, 350

C

Cidadãos 46, 47, 50, 67

Cluster 128, 161, 167, 169, 334, 338, 347, 350, 351

Compra 4, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 104, 105, 106, 107, 119, 261, 277, 279, 280, 305, 320, 330

Consultoria 3, 27, 29, 31, 34, 38, 43, 196, 197, 203, 337

Consumidor 4, 95, 96, 97, 99, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 131, 194, 196, 207, 212, 261, 278, 279, 282, 285, 317, 323, 325, 327, 328, 340

Contabilidade 5, 61, 62, 192, 203, 222, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 234, 235, 236, 237, 286, 350

Covid-19 3, 3, 13, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 114, 117, 119, 120, 126, 127, 128, 148, 150, 281

Cultura 4, 18, 20, 68, 74, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 121, 176, 181, 186, 234, 275, 294, 312, 337, 344, 345, 349

Curva ABC 260, 262, 264, 265, 266, 267, 268, 269

Custeio baseado em atividades e tempo 5, 204, 205, 208, 213

D

Demonstrações financeiras 228, 229

Desempenho 27, 34, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 46, 75, 157, 159, 160, 164, 176, 179, 185, 191, 196, 198, 210, 225, 230, 234, 240, 241, 243, 244, 246, 248, 249, 250, 273, 275, 285, 286, 288, 289, 352

Desenvolvimento local 334, 335, 336, 338, 340, 341, 342, 343, 348, 349, 350, 351

Dimensão cultural 7, 334, 336, 340, 344, 345, 346, 347, 348, 349

Dívida líquida 1, 2, 7, 12, 13, 14

Dívida pública 3, 1, 2, 7, 12, 13, 14

Ε

Empreendedor 97, 108, 109, 205, 206, 233, 245, 299, 310, 337

Empreendedorismo 1, 2, 4, 108, 111, 113, 202, 313, 344

Empresa 6, 88, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 108, 112, 118, 120, 132, 137, 144, 158, 159, 165, 168, 172, 176, 178, 179, 183, 185, 186, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 324, 325, 331, 338, 347, 349

Energia 4, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 155, 156, 157, 160, 165, 167, 169, 177, 201, 202, 203, 208, 217, 218, 220

Engenharia reversa 5, 204, 205, 206, 207, 212, 213, 221, 222, 223, 224, 225

Estoque 6, 233, 260, 261, 262, 263, 264, 270, 279, 280, 283

Estudo de caso 6, 7, 27, 29, 43, 74, 93, 222, 227, 228, 231, 232, 240, 242, 251, 260, 263, 287, 288, 297, 314, 322, 333, 351

F

Faturamento 235, 318

Financiamento 6, 1, 2, 13, 14, 29, 48, 51, 52, 133, 138, 143, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 294, 297, 338, 339

Forças de porter 6, 272, 273, 274, 284, 285, 287

Funcionários 6, 84, 161, 165, 169, 178, 179, 182, 189, 192, 246, 248, 258, 288, 289, 290, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 300, 311

G

Gastos 3, 1, 11, 45, 47, 52, 53, 55, 56, 57, 60, 61, 65, 100, 114, 121, 123, 125, 126, 137,

157, 201, 209, 211, 234

Gastronomia 4, 95, 97, 100, 101, 103, 104, 105, 106

Gestão 1, 2, 3, 5, 6, 7, 1, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 43, 44, 48, 52, 60, 61, 62, 71, 73, 74, 83, 84, 93, 106, 110, 111, 112, 113, 144, 155, 158, 159, 160, 162, 165, 169, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 239, 240, 241, 242, 243, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 258, 260, 261, 262, 263, 270, 271, 274, 289, 297, 302, 304, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 312, 325, 329, 331, 346, 347, 350, 352

Global 100 5, 193, 194, 195, 197, 198, 200, 202, 203

Grau de maturidade 5, 239, 241, 242, 246, 250

ı

Indústria 5, 162, 164, 170, 177, 191, 193, 202, 206, 226, 227, 228, 232, 239, 240, 241, 242, 245, 250, 252, 257, 277, 344

Inovação 23, 25, 108, 109, 156, 157, 158, 159, 160, 165, 171, 176, 191, 240, 249, 278, 299, 315, 335, 337, 338, 340, 343, 344, 345, 347, 349, 350, 352

M

Marketing 1, 2, 7, 95, 96, 98, 102, 106, 107, 112, 117, 118, 127, 246, 271, 286, 287, 309, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 327, 329, 330, 331, 332, 333

Matriz BCG 273, 274, 275, 276, 282, 283, 285, 286, 306, 311

Matriz SWOT 273, 274, 275, 279, 281, 282, 285, 287, 313

Microempreendimentos 302, 304, 305, 311

Motivação 6, 246, 288, 289, 290, 291, 292, 294, 295, 296, 297, 299, 300, 301, 303

0

Orçamento 3, 14, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 60, 61, 62, 132, 133, 137, 321, 322, 324

Organização 15, 16, 17, 20, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 51, 69, 81, 83, 84, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 97, 98, 110, 157, 158, 160, 161, 163, 165, 169, 174, 176, 177, 178, 185, 187, 217, 232, 236, 241, 242, 243, 244, 250, 251, 253, 258, 259, 260, 261, 270, 271, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 284, 285, 289, 290, 296, 297, 304, 305, 306, 315, 317, 318, 319, 320, 322, 323, 325, 340, 341

P

Pandemia 3, 12, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 102, 115, 116, 117, 119, 120, 127, 279, 280

PDCA 302, 303, 304, 305, 308, 309, 310, 311, 312

Pilar social 5, 172, 173, 174, 175, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190

Q

Quebras estruturais 3, 1, 2, 3, 7, 12, 13 QVT 172, 173, 176, 177, 179, 184, 185, 186, 187, 188, 189

R

Responsabilidade social 108, 109, 112, 174, 187, 192, 203 Revisão sistemática 7, 334, 336, 346, 348, 349

S

Saúde 3, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 191, 210, 211, 289, 294, 297, 342, 346 Servico público 3, 27, 29, 43

Sociedade 4, 17, 18, 19, 20, 64, 65, 67, 68, 73, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 108, 109, 110, 111, 157, 160, 164, 174, 178, 190, 193, 194, 196, 202, 229, 239, 250, 254, 273, 304, 309, 317, 340, 341, 352

Sustentabilidade 5, 2, 3, 14, 108, 109, 111, 112, 143, 157, 162, 172, 173, 174, 175, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 195, 196, 198, 202, 203, 233, 245

Т

Tomada de decisão 12, 175, 226, 227, 229, 236, 263, 274

V

varejo 177, 261, 318



- m www.atenaeditora.com.br
- contato@atenaeditora.com.br
- @atenaeditora
- www.facebook.com/atenaeditora.com.br

% 3











- m www.atenaeditora.com.br
- contato@atenaeditora.com.br
- @ @atenaeditora
- www.facebook.com/atenaeditora.com.br

íil Ano 2022